

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Relatório de Controle Interno (Anexo VII)

e-mail de contato: controle@coronelfreitas.sc.gov.br

I - Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da(s) unidade(s) jurisdicionada(s)

No Município, o Sistema de Controle Interno apresenta o seguinte tipo de estrutura: Uma unidade, única para todos os Poderes: existe apenas um Órgão Central de Controle Interno responsável pelo Controle Interno nos Poderes Executivo e Legislativo.

A unidade de Controle Interno está subordinada à seguinte estrutura organizacional: Chefe do Poder Executivo - Prefeito(a)

O ato normativo que organiza a estrutura do órgão de Controle Interno é o seguinte: <http://www.leislacaomunicipal.com/gedocnet/imagens/83021824000175/Lei01948.pdf>

A unidade conta com o seguinte quantitativo de pessoal: 1 Servidores efetivos nomeados exclusivamente para atividades de Controle Interno; 0 efetivos de outras áreas que recebem função ou gratificação para o exercício de atividades de Controle Interno; 0 Servidores que ocupam exclusivamente cargo em comissão; 0 Servidores temporários e 0 estagiários.

No exercício em análise, em algum momento a unidade ficou sem acompanhamento do Controle Interno? Não. - .

Os procedimentos de controle realizados foram os seguintes: Orientações aos gestores acerca de normas, procedimentos, etc; Acompanhamento do envio de dados e informações ao e-Sfinge; Acompanhamento de licitações, dispensas e inexigibilidades; Acompanhamento da execução de contratos, convênios e similares; Acompanhamento do controle de frequência de pessoal; Exame da legalidade envolvendo a folha de pagamento e adequação dos pagamentos realizados; Exame da legalidade das horas extras concedidas e adequação dos pagamentos realizados; Emissão de Parecer sobre a regularidade do processo de concessão da aposentadoria e pensão Emissão de Parecer sobre a regularidade do processo de admissão de pessoal em cargo efetivo e por tempo determinado Exame de prestações de contas de diárias; Exame de prestações de contas de adiantamentos; Verificação do cumprimento de decisões do TCE/SC; Avaliação do cumprimento de metas previstas no plano plurianual; Avaliação da execução dos programas de governo; Avaliação da execução dos orçamentos anuais (LOA e/ou Leis de Créditos Adicionais); Avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e/ou patrimonial; Orientação dos responsáveis pela unidade acerca dos princípios da economicidade, eficiência, eficácia e/ou efetividade; Acompanhamento do controle e guarda de bens patrimoniais;

Os seguintes sistemas são informatizados:

- **Sistema de controle patrimonial:** Totalmente informatizado
- **Sistema de almoxarifado:** Parcialmente informatizado
- **Sistema informatizado de planejamento orçamentário:** Totalmente informatizado

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Relatório de Controle Interno (Anexo VII)

Em relação à efetividade, avalia-se os itens seguintes com base nas ações do Sistema de Controle Interno do Município:

Se o controle interno possui acesso a informações e sistemas necessários ao exercício das atribuições funcionais: **Excelente**

Se a definição do objeto e a condução de procedimentos de fiscalização por parte do controle interno não depende dos gestores: **Bom**

Se os resultados das ações do Controle Interno são utilizados como fatores relevantes para a implantação de melhorias: **Bom**

Se, no caso de inconformidades, ocorre encaminhamento condizente com a situação encontrada: **Razoável / Satisfatório**

Se há Participação do Controle Interno em situações do cotidiano da gestão no sentido de buscar práticas adequadas e evitar inconformidades: **Excelente**

Se as rotinas de análises (fiscalizações internas) são definidas periodicamente com base em critérios de materialidade, relevância e risco e formalizadas documentalmente em um plano de atuação: **Excelente**

Se os procedimentos de fiscalização são arquivados e mantidos por no mínimo 5 anos para consulta de possíveis interessados: **Excelente**

Se todos os encaminhamentos dos resultados de ações fiscalizatórias ou de orientação são formalmente documentados, ficando uma cópia disponível para atestar formalmente a atuação: **Excelente**

Se as informações relevantes para a unidade são devidamente identificadas, documentadas, armazenadas e comunicadas tempestivamente às pessoas adequadas: **Excelente**

II - Resumo das atividades desenvolvidas pelo órgão de controle interno

Foram realizados apontamentos do Controle Interno à(s) unidade(s) sob seu controle durante o exercício? Sim

Unidade gestora em que apontamento foi realizado	Assunto	Valor em risco	Quais foram as recomendações do Controle Interno para a solução da situação?	Quais foram as providências tomadas pelo setor responsável?
Secretaria de Adm e Finanças Secretaria de Administração e Finanças Secretaria de Administração e Finanças, Secretaria de Transportes,	Conferência do contrato administrativo nº 146/2013 execução do sistema de esgotamento sanitário Analisar a publicação ativa		Encaminhar o Relatório para o MP/SC Atentar-se as providências que devem ser adotadas para sanar as irregularidades apresentadas	Encaminhar o Relatório para o MP/SC Revisar a pagina oficial do município Notificado o setor para que observe a Lei 8.666/93 Repassado ao setor de Licitações

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Relatório de Controle Interno (Anexo VII)

<p>Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Educação, Cultura e Esportes Secretaria de Saúde Secretaria de Administração e Finanças Secretaria de Administração e Finanças – Setor de RH Secretaria de Administração e Finanças Prefeito Municipal</p>	<p>das informações previstas na LC 131/2009 - Lei da Transparência e Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação (LAI). Análise dos Processos Licitatórios Transparência pública em processos licitatórios e no cenário e condições em que eles acontecem no COVID - 19. Avaliar os procedimentos relativos a arrecadação, na administração pública municipal, no âmbito do poder executivo municipal, baseando na legislação vigente, de modo a certificar que os servidores responsáveis cumpriram suas obrigações. Diagnóstico na gestão de pessoas, tendo como pressuposto a regularidade dos atos administrativos e organização documental dos servidores do Município de Coronel Freitas,</p>		<p>Ausência de parecer jurídico; processos com 2 orçamentos apenas; falta de assinatura em pareceres. Pequenas incorreções, não houve qualquer irregularidade capaz de causar danos ao erário. Checagem nos procedimentos e a consequente avaliação das rotinas e procedimentos internos e verificar</p> <ul style="list-style-type: none"> • Providenciar regularização dos achados de auditoria; Incluir na pasta do servidor Cópia da publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM) onde consta a aprovação e colocação, ou carimbo com data e número da publicação. • Solicitar declaração de não possuir parentesco com Prefeito, Vice-prefeito, Secretários Municipais, e esteja de acordo com a Súmula Vinculante nº 13, publicada em 29/08/2008, do 	<p>e contratos para que providencie a correção.</p> <p>Notifica-se o Setor de RH para as providencias cabíveis</p> <p>Notificar todos os secretários</p>
---	---	--	--	--

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Relatório de Controle Interno (Anexo VII)

	SC, com ótica no Checklist da INSTRUÇÃO NORMATIVA N.TC-11/2011 Análise da carta de Serviços Condutas vedadas em ano eleitoral		Supremo Tribunal Federal. • Solicitar Declaração de dependentes ou de não ter dependentes para fins de declaração de imposto de renda na Fonte. • Que seja dado continuidade ao processo de otimização das rotinas internas do setor de tal sorte que se evitem a reincidência de incorreções como as neste relatório. Revisão da Carta de Serviços Orientação sobre condutas vedadas em ano eleitoral	
--	---	--	---	--

Foram realizadas comunicações formais a outras unidades de controle ou unidades gestoras? Sim

Houve alguma dificuldade para obter informações e documentos para a realização de seus trabalhos? Não.

Em relação à gestão de riscos:

- Os objetivos e metas da(s) unidade(s) sob controle desta unidade estão **Parcialmente** formalizados;
- Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventários de bens e valores de responsabilidade da(s) unidade(s)? **Parcialmente**;

Sobre a execução orçamentária e contábil:

Não foram realizados procedimentos na Verificação da correspondência das informações contábeis no sistema informatizado do município e Sistema e-Sfinge;

Não ocorreram irregularidades na Análise dos procedimentos afetos à concessão e análises da prestação de contas de diárias;

Não ocorreram irregularidades na Análise dos procedimentos afetos à concessão e prestação de contas de subvenções, auxílios e contribuições, bem como a observância da Lei 13.019/2014 e IN TC-14/2012;

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Relatório de Controle Interno (Anexo VII)

Não ocorreram irregularidades na Análise da existência de metas físicas coerentes no PPA e aderência com LDO e LOA;

Não foram realizados procedimentos na Verificação dos procedimentos adotados na liquidação e pagamento de obras públicas (análise de memoriais de projetos, laudos, vistorias in loco);

Não ocorreram irregularidades na Análise de procedimentos afetados à gestão patrimonial (registros contábeis, sistemas de controle, localização física, etc);

III - Relação das irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo

Foram constatadas irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo ao erário? **Não**

Nome da(s) Unidade(s)	Ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico	Valor do dano	Medidas implementadas com vistas ao pronto ressarcimento	Avaliação conclusiva sobre as justificativas apresentadas pelos responsáveis	Nome ou CPF dos responsáveis

Avaliação conclusiva: avaliação do Controle Interno acerca das justificativas apresentadas pelos responsáveis.

IV Das Tomadas de Contas Especiais instauradas

Há Tomadas de Contas Especiais instauradas? Não

Número da Tomada de Contas Especial	Causa da Tomada de Contas Especial	Data de Instauração da T.C.E.	Comunicação e encaminhamento ao Tribunal de Contas, se for o caso	Resultado ou status do andamento da Tomada de Contas Especial	Valor da Tomada de Contas Especial

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Relatório de Controle Interno (Anexo VII)

--	--	--	--	--	--

V - Avaliação das transferências de recursos mediante convênio, termo de parceria, termo de cooperação ou instrumentos congêneres

Foram transferidos recursos mediante convênio, termo de parceria, termo de cooperação ou instrumentos congêneres? **Sim**

Unidade Gestora em que convênio foi firmado	Tipo de instrumento	Número do Instrumento	Objeto	Volume de recursos transferidos	Situação da análise da prestação de contas do instrumento
Município de Coronel Freitas Município de Coronel Freitas	Convênio Termo de Fomento	01 01	Promover e executar atividades e serviços de saúde médico/hospitalares de urgência e emergência aos munícipes residentes e domiciliados na cidade de Coronel Freitas, 24 horas diárias, todos os dias da semana, fornecer sem qualquer custo, atestado de óbito, quando as Unidades de saúde do município estiverem sem atendimento normal. Oferecer proteção e assistência	1.204.800,00 130.833,11	Prestação de Contas Regular Prestação de Contas Regular

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Relatório de Controle Interno (Anexo VII)

			social a pessoas com problemas mentais e deficiências múltiplas.		
--	--	--	---	--	--

O município possui contratos de gestão regidos pela Lei nº 9.637/1998? Não

Entidades (se aplicável): ;;;;

Regulamentação da Lei 13.019/2014 (se aplicável): 7.771/2017

VI - Avaliação dos processos licitatórios realizados pela Unidade Jurisdicionada

Foram avaliados processos licitatórios pelo Controle Interno? Sim

Critérios de seleção utilizados para a avaliação dos processos de licitação: Amostra Aleatória

Número do Processo de Licitação	Modalidade de Licitação	Tipo de Licitação	Valor estimado de contratação	CPF ou CNPJ do Contratado	Descrição dos indícios de irregularidade, se houver
05/2020	Dispensa	Menor Preço	9.600,00	30.080.901/000	Ausência de parecer da
04/2020	Dispensa	Menor Preço	16.900,00	1-00	Procuradoria
57/2020	Dispensa	Menor Preço	6.003,00	04.741.645/000	geral.
01/2020	Tomada de	Menor Preço	33.003,06	1-36	Procuradoria
25/2020	Preços	Menor Preço	49.280,00	05.041.830/000	geral.
26/2020	Tomada De	Menor Preço	179.975,00	1-80	Ausência de parecer da
28/2020	Preços	Menor Preço	70.000,00	28.644.261/000	Procuradoria
27/2020	Pregão	Menor Preço	180.000,00	1-63	geral.
24/2020	Presencial	Menor Preço	113.500,00	05.581.992/000	Sem achados
24/2020	Pregão	Menor Preço	109.500,00	1-01	Ausência de
06/2020	Presencial	Menor Preço	19.000,00	01.199.180/000	Termo
54/2020	Pregão	Menor Preço	18.000,00	1-45	circunstanciado
53/2020	Presencial	Menor Preço	14.400,00	05.299.150/000	assinado pelas
	Pregão			1-61	partes, que o
	Presencial			26.876.182/000	objeto foi
	Pregão			1-52	recebido provis

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Relatório de Controle Interno (Anexo VII)

	Presencial			26.086.896/000	oriamente.
	Pregão			1-67	Ausência de
	Presencial			19.678.539/000	Termo
	Pregão			1-22	circunstanciado
	Presencial			07.174.735/000	assinado pelas
	Pregão			1-80	partes, que o
	Presencial			34.832.381/000	objeto foi
				1-97	recebido provis
				13.105.765/000	oriamente.
				1-38	Parecer jurídico
					sem assinatura.
					Sem achados
					Sem achados
					Sem achados
					Sem achados
					Sem achados
					Sem achados
					Sem achados

Sobre as licitações e contratações da unidade, avalia-se:

- Controle quanto às justificativas da contratação, considerando se a necessidade está alinhada aos planos do órgão contratante (metas do Plano Plurianual), e se a oficialização da demanda foi feita pelo beneficiário da solução a ser contratada: Bom
- Controle acerca da descrição do objeto, quanto à solução escolhida (se embasada em estudos técnicos preliminares), e ao nível de detalhamento dos requisitos necessários e das especificações técnicas: Bom
- Controle acerca das quantidades a serem adquiridas, verificando a existência de memórias de cálculo e respectivos documentos e informações de suporte, e se estão apensados aos autos do procedimento licitatório: Fraco
- Controle acerca da estimativa do preço, verificando se a pesquisa de preços realizada pelo setor competente reflete a realidade de mercado, e se está apensada aos autos do procedimento licitatório: Bom
- Controle acerca das dispensas de licitação por valor, visando a evitar o fracionamento de despesas: Bom
- Controle acerca da identificação das parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, e a correlação com as exigências de qualificação técnica previstas no edital: Bom
- Controle quando à designação do fiscal do contrato, mediante designação formal e com definição das suas atribuições: Fraco

VII - Avaliação da gestão de recursos humanos

Foram realizados procedimentos de fiscalização relacionados à gestão de pessoal? Não.

Procedimentos realizados:

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Relatório de Controle Interno (Anexo VII)

..

..

..

Avalia-se a gestão de recursos humanos da(s) unidade(s) da seguinte maneira:

- Efetividade do sistema de frequência de servidores (Ponto Eletrônico ou manual):
- Controle de horas extras pelos gestores:
- Atuação dos comissionados exclusivamente em atividades de Direção, Chefia e Assessoramento:
- Realização de cursos de capacitação pelos servidores:
- Verificação dos procedimentos de avaliação periódica de desempenho dos servidores:
- Avaliação quanto aos programas de treinamento e capacitação dos servidores:
- Verificação da concessão das verbas que integram a folha de pagamentos:
- Verificação quanto à realização de avaliação de servidores em estágio probatório:
- Verificação quanto à reavaliação periódica dos servidores aposentados por invalidez vinculados aos Regimes Próprios de Previdência Social:
- Verificação quanto à regularidade dos afastamentos dos servidores (licenças):
- Verificação quanto à regularidade das acumulações de cargos, empregos e funções públicas:
- Verificação quanto às ocorrências relacionadas a desvio de função na área de pessoal:
- Conciliação dos valores depositados aos servidores com os valores constantes na folha de pagamento:

VIII - Avaliação do cumprimento, pela unidade jurisdicionada, das determinações e recomendações expedidas pelo TCE/SC

Houve alguma determinação ou recomendação expedida pelo TCE/SC em relação à(s) unidade(s) jurisdicionada(s)? Não

Tipo (Determinação ou Recomendação)	Número do Acórdão	Assunto da Decisão	Situação	Justificativa do Gestor, se houver

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Relatório de Controle Interno (Anexo VII)

IX - Relatório da execução das decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado débito aos gestores municipais sob seu controle

Houve decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado débito aos gestores municipais sob controle desta unidade? Não

Nº do Acórdão ou Título Executivo	Data do Acórdão ou Título Executivo	Nome do responsável	Valor	Data da inscrição em dívida ativa	Situação do processo

X - Avaliação dos procedimentos adotados quando de renegociação da dívida com o instituto ou fundo próprio de previdência

Houve renegociação da dívida com Instituto ou fundo próprio de previdência? Não

Renegociação realizada, **se houver**:

- Instituto ou Fundo de Previdência:
- Valor do débito na data da renegociação:
- Critérios utilizados para atualização da dívida:
- Nº de parcelas a serem amortizadas na data da renegociação:
- Outras condições de pagamento pactuadas:

XI - Avaliação acerca da conformidade dos registros gerados pelos sistemas operacionais utilizados pelas entidades com os dados do e-Sfinge

Na avaliação desta unidade de controle interno, os registros gerados pelo sistema de contabilidade, orçamento e finanças encontram-se em conformidade com os dados disponíveis no Sistema e-Sfinge ? **Sim**.

Houve dificuldades para realizar o envio de dados ao e-Sfinge? Não.

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Relatório de Controle Interno (Anexo VII

XII - Outras análises decorrentes do disposto nos artigos 20 a 23 da Instrução Normativa TCE/SC 20/2015

Acima, foram elencadas outras análises decorrentes do disposto nos artigos 20 a 23 da Instrução Normativa TCE/SC 20/2015.

Acompanhamento do Planejamento da Administração, inclusive com avaliação das metas cumpridas.